INFORME APUBH

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE
Nº 25 – 6/11/84

DIA NACIONAL DE PROTESTO

A paralisação nacional ocorrida no dia 25 de outubro, promovida pela ANDES e associações docentes de todo o país, cumpriu seu objetivo principal de denunciar à população que a crise da universidade pública continua igual ou pior do que antes da greve. Em todas as universidades ficam patentes a insatisfação dos professores e a descrença generalizada quanto às possibilidades deste governo resolver alguma coisa.

Aqui em Belo Horizonte, a assembléia realizada no período da manhã, com mais de 250 professores, descartou a proposta de nova greve, exemplo seguido por todas as demais universidades. Na reunião das associações docentes em Brasília, no dia 28, foi avaliado que não há condições para se realizar nova paralisação, tanto por falta de condições materiais quanto pela possibilidade do governo reprimir o movimento mais rapidamente. Até hoje algumas AD's ainda estão com dívidas acumuladas com a greve, o que dificultaria a eclosão de novo movimento nacional.

Mas uma coisa ficou clara: é preciso manter o pique do movimento, com pressões constantes sobre o governo, MEC e CRUB. Entre as propostas aprovadas na reunião de Brasília está a de realização de um ato nacional, em data a ser definida pela ANDES. Neste dia, todas as universidades inaugurariam uma placa, chumbada na parede, de repúdio ao MEC e ao governo, registrando de forma perene a insatisfação do professorado



e o tratamento dado pelo governo à questão da universidade pública.

De qualquer maneira, o movimento do dia 25 demonstrou que o fôlego continua em todo o país, na luta em defesa da universidade.

AUDIÊNCIA

A ANDES solicitou, pela terceira vez, audiência com a ministra da Educação para discutir as reivindicações dos professores, endossadas pela comissão do CRUB. O MEC continua fazendo ouvidos de mercador e não se dispõe a discutir, mas, como afirmou Maria José Feres, presidente da ANDES,

Às pressões vão continuar, apesar de sabermos que "este governo decrépito, que já perdeu sua credibilidade, não vai atender nossas reivindicações".

SUCESSÃO PRESIDENCIAL

A série de debates sobre sucessão presidencial, promovida pela APUBH, continua na Escola de Farmácia, nesta terça-feira, dia 6, às 9 horas, extensivo também aos professores e demais interessados da Escola de Odontologia. Na quarta-feira haverá outro, na Escola de Engenharia, às 10 horas da manhã. Ainda estão para ser marcados os debates da FALE (incluindo Biblioteconomia e Belas Artes) e no ICEX.

Até agora já houve debates no ICB, na FAE e na Fafich, com a presença média de 40 pessoas. Em todos eles compareceram representantes do PMDB e da Frente Liberal, defendendo a ida ao Colégio Eleitoral, e do PT, contra a eleição indireta. Não foi encontrado nenhum malufista disposto a defender suas posições nos debates.

O debate final está previsto para o dia 19 de novembro, na Faculdade de Direito, às 20 horas. A lista de debatedores será divulgada oportunamente.

TANCREDO

A proposta de realização de um debate de todas as AD's com Tancredo Neves, aprovada no X CONAD, para conhecer seu pensamento com relação à política educacional, já foi encaminhada ao candidato da Aliança Democrática. A expectativa é de que o encontro se realize em Brasília até o final deste mês.

LEI SALARIAL

O presidente Figueiredo sancionou a 9ª lei salarial desde 1979, vetando exatamente o parágrafo que determinava a base de 162 horas para cálculo do salário mínimo por hora dos professores regidos pela CLT. Com o veto, o cálculo continuará sendo feito sobre 240 horas. A justificativa do presidente é de que a modificação provocaria "aumento imotivado dos custos da educação". Resumindo: mais uma vez são os professores que pagam. Vale registrar que o veto ocorreu atendendo a pedidos da rede privada de ensino, conforme explicou o líder do PDS do senado, Aloisio Chaves, (Jornal do Brasil de 31/10/84).

Com a nova lei, se o salário do professor regido pela CLT for superior a Cr$ 2.082 hora-aula, a parte excedente será reajustada em 80% do INPC, embora seja prevista a negociação dos 20% restantes.



SESU QUER ANALISAR A GRADUAÇÃO

A Secretaria de Educação Superior do MEC (SESU) mais uma vez surpreendeu os professores, ao enviar um questionário a todas as universidades brasileiras, com o objetivo de fazer uma "Análise do Ensino de Graduação" no país.

Especulações sobre as reais intenções destes questionários não faltaram. Além de ferir abertamente a autonomia universitária, pois o controle da qualidade das universidades deve ser feito por elas próprias, os questionários deixam dúvidas quanto aos objetivos e têm um prazo exíguo para o preenchimento.

Sentida a necessidade de se entender melhor o que pode estar por trás desta proposta da SESU, ela foi incluída na pauta da próxima reunião do Conselho da APUBH, nesta quarta-feita, das 7, às 19:30 horas, no auditório do sub-solo da Fafich, aberta a todos os interessados.

O Conselho, aliás, vai promover debates semanais sobre questões de interesse da universidade, visando à realização de um Encontro de Professores ainda este ano. A idéia do encontro surgiu devido às dificuldades encontradas pela comissão formada na assembléia do dia 25 de outubro para encaminhar a proposta de organização de um Congresso Universitário.

EMENDA JOÃO CALMON



O projeto de Lei da Presidência da República, regulamentando a emenda João Calmon (artigo 176, parágrafo 4º), já foi encaminhado ao Congresso Nacional, praticamente um ano depois da aprovação da emenda,em dezembro de 83.

A aplicação de 13% da receita tributária da União e pelo menos 25% pelos municípios e Distrito Federal na "manutenção e desenvolvimento do ensino"não foi cumprida em 84 sob o argumento, por parte da Seplan, de que a emenda só poderia entrar em vigor depois da regulamentação. O próprio autor, entretanto, garante que ela é autoaplicável e promete pedir o enquadramento do presidente da República em crime de responsabilidade por não estar cumprindo a Constituição. O argumento do senador João Calmon ganhou novo reforço da parte do consultor geral da República, Ronaldo Rebello de Brito Poletti, cujo parecer sobre a emenda, publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de setembro, afirma que ela "é aplicável de pronto . . ."

Esta protelação trouxe prejuízos evidentes: o MEC deixou de arrecadar pelo menos Cr$ 400 bilhões este ano devido a não aplicacão dos 13%.

E a solução ficou mesmo para o ano que vem, como a própria ministra Esther de Figueiredo afirma, em carta enviada ao CRUB no dia 11 de outubro, agradecendo sua colaboração no estudo das reivindicações (não atendidas, é sempre bom frisar) dos professores e servidores das universidades autárquicas. No documento, a ministra diz, por duas vezes, que a aplicação da emenda certamente "garantirá acréscimos significativos às dotações ora distribuídas ao ensino superior nos próximos exercícios" ou "a ser executada pelo novo governo".

Mas a novela não acaba aí. No dia 12 de outubro a Folha de São Paulo publica que o MEC e a Seplan haviam acertado a redação definitiva do projeto que regulamenta a emenda, sendo que a educação receberia Cr$ 10 trilhões em 85. Dois dias depois o senador Calmon denuncia que o governo havia destinado apenas Cr$ 4,9 trilhões à educação em seu orçamento de 85 (Estado de Minas, 14/10/84). Uma semana depois, na Folha de São Paulo, ele volta a repetir a denúncia, explicando que a Seplan computou nos recursos do MEC as verbas destinadas à Embrafilme e à Divisão de Segurança e Informações do MEC.

Pior ainda, o senador afirma que o texto original da emenda sofreu alterações substanciais que prejudicam o desenvolvimento da Educação. Calmon diz que foi incluído novo parágrafo, estipulando que "a diferença entre a receita e a despesa efetivamente realizada, aprovada no balanço da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, será compensada no exercício imediatamente seguinte" o que, em sua opinião, "é um golpe terrível contra o ensino". A outra alteração inserida no texto considera como despesa de manutenção e desenvolvimento de ensino os cursos de 1º e 2º graus e superior mantidos pelo sistema militar de ensino, que deveria ser incluída como defesa nacional.

Esta é a triste história de uma emenda que quer dar o mínimo de condições de sobrevivência à educação no país. Infelizmente o governo, com outros interesses que não este, não se emenda.

FUNDO DE MOVIMENTO

583 professores autorizaram até agora o desconto de Cr$ 10 mil em sua folha de pagamento de setembro para o fundo do movimento, tendo sido arrecadados Cr$ 5.830 mil. Este fundo foi aprovado na assembléia geral do dia 6 de agosto, no ICEX, para cobrir os gastos com a greve e formar um fundo para o movimento a ser administrado pelo Conselho da APUBH. O déficit da greve foi de Cr$ 2.590 mil, conforme prestação de contas encaminhada aos conselheiros da APUBH.

Esta é a divisão do dinheiro levantado, por unidade e departamento:

UNIDADE	DEPARTAMENTO	Nº DE CONTRI
Arquitetura	Planejamento Arquitetônico	21
	Urbanismo	06
	Rep. Grática-Exp. Arq.	01
Biblioteconomia	Biblioteconomia	02
Enfermagem	Enfermagem Aplicada	05
	Demisp	12
	Enfermagem Básica	17
	Enfermagem Méd. Cirúrgica	01
Engenharia	Elétrica	11
	Nuclear	02
	Estruturas	04
	Química	01
	Térmica	05
	Industrial	01
	Eletrônica	02
	Construções e máquinas	01
Fafich	Ciências Políticas	13
	Sociologia e Antropologia	16
	Psicologia	13
	Comunicação Social	12
	Filosofia	13
	História	07
Farmácia	Produtos farmacêuticos	10
	Análises Clínicas Toxicológicas	11
	Alimentos	06
	Farm. Social	05
	Ciências Adm.	13
	Ciências Econômicas	13
	Ciências Cont.	03
FAE	Mat. Téc. de Ensino	01
ICB	Patologia geral	03
	Parasitologia	11
	Morfologia	14
	Fisiologia	07
	Bioquímica Imunológica	12
	Bioquímica	11
	Biologia Geral	26
	Farmacologia	04
	Microbiologia	10
	Fisiologia Biofísica	03
	Zoologia	02
	Botânica	06
ICEX	Química	36
	Matemática	24
	Estatística	18
IGC	Geografia	06
	Geologia	12
	Cartografia	01
LETRAS	Ling. Teoria da Lit.	12
	Vernáculas	23
	Germânicas	09
	Românicas	11
	Gab. diretor	01
	Clássicas	02
Música	Teoria Geral da Música	01
	Diretoria	01
Medicina	Otorrino	01
	Pediatria	32
	Psiquiatria neurológia	02
	Clínica Médica	15
	Cirurgia	12
	Méd. Preventiva	16
	Anat. Patológica/M. L.	05
	Aparelho Locomotor	04



É importante frisar que a contribuição é fundamental e que o processo de adesão não está encerrado. Procure o conselheiro de sua unidade e assine a autorização para o desconto.